



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Processo: 202140600277

Dados do Processo:

| | | |
|--|---|------------------------------|
| Número Único 0012654-14.2021.8.25.0001 | Classe Procedimento Comum Cível | Processo Origem -- |
| Tipo Eletrônico | Competência Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito | Segredo N (Não) |
| Distribuição 09/03/2021 | Impedimento/Suspeição N (Não) | Valor da Causa -- |

Status do Processo:

| | | |
|--------------------------------|--|--|
| Situação JULGADO | Data Julgamento 24/02/2022 | Número da Caixa de Arquivamento -- |
| Fase CONCILIAÇÃO | | |

Assuntos do Processo:

DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Partes do Processo:

| | | |
|---------------------------|--|---|
| Tipo Requerente | Nome ADENILSON SILVA ALVES | Representantes e Filiação Representante(s) da Parte: Advogado: EDNALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR - 11154/SE |
| Requerido | SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. | Representante(s) da Parte: Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592/SE |

Passe o cursor sobre os termos escritos dessa forma para visualizar o seu significado.

Movimentos do Processo:

| Data | Movimento | Descrição | Localização | Diário de Justiça |
|------------------------|---------------------|---|--------------------|--------------------------|
| 04/04/2022 11:50:27 | Conclusão | {Conclusão} | Juiz | Não |
| 04/04/2022 11:49:29 | Trânsito em Julgado | {Trânsito em julgado} | Secretaria | Não |
| 23/03/2022 07:55:51 | Juntada | {Juntada >> Petição} Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592} | Secretaria | Não |
| 25/02/2022 11:15:33 | Certidão | Aguardando decurso de prazo. | Secretaria | Não |
| 24/02/2022 06:28:21 | Julgamento | {Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Improcedência} 3. Dispositivo Ex positus, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO autoral, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da causa, observando o que dispõe o art. 85, §2º, do CPC. Esses valores só poderão ser cobrados se houver comprovação da modificação no estado econômico do vencido no prazo de até cinco anos contados do trânsito em julgado dessa decisão, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. | Secretaria | 25/02/2022 |



Disque TJ/SE: **0800.079.0008**

Opção **(4) Consulta processual** – para acompanhar o andamento do seu processo;

Opção **(5) Ouvidoria** – para sugestões, elogios, reclamações e dúvidas relacionadas ao Tribunal de Justiça de Sergipe.

Explicações sobre a Consulta Processual